

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DAS BACIAS
HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 15ª REUNIÃO**

Data: 28 de fevereiro de 2008

Local: Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU/MMA, Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério do Meio Ambiente – SRHU: Béríte Carmo Cabral (berites.cabral@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SMCQ: Ademilson Zamboni (ademilson.zamboni@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Joaquim Gondim (joaquim@ana.gov.br)
- Ministério da Defesa – MD: Tarcísio A. de Oliveira (tarcisio@ema.mar.mil.br)
- Ministério de Minas e Energia - MME: Christina E. P. de Vasconcelos (christina@mme.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional - MI: ausência
- Ministério dos Transportes - MT: Paulo Ho (paulo.ho@transportes.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MT/PR: Mauri Cesar B. Pereira (mauripereira@sema.pr.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: Aline Nunes Garcia (aline.iema@yahoo.com.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Lina Maria Aché (sma.linaa@cetesbnet.sp.gov.br)
- Usuário/Indústria: Celso Garagnani (consultoria@garagnani.com.br)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa - OTEPs: Luiz Fernando Cybis (lfcybis@uol.com.br)
- Organizações Não-Governamentais – ONGs: Dora Hees de Negreiros (dora@baiadeguanabara.org.br)
- Organizações Não-Governamentais – ONGs: Kleber Nunes Pereira (klebnunes@yahoo.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - CBHs: Rosa Mancini (rmancici@sp.gov.br)

DEMAIS PRESENTES:

- Alessandra Daibert Couri (ANA) – aledaibert@ana.gov.br
- André Fenner (Ministério da Saúde) – andre.fenner@saude.gov.br
- Antônio Edson Guimarães Farias (MME) – antonio.farias@mme.gov.br
- João Climaco (Copodhemfe/ONG) - climaco@uai.com.br
- João Luiz Nicolodi (SMCQ/MMA) - joao.nicolodi@mma.gov.br
- Luciano Chagas Barbosa (SECAD/MEC) – luciano.chagas@mec.gov.br
- Luciano Meneses (ANA) - lmeneses@ana.gov.br
- Luciano R. Azevedo Roda (SPU/MP) – luciano.roda@planejamento.gov.br
- Luísa Ramos Caetano (Elabore Consultoria) – luisarcaetano@gmail.com
- Luiz Henrique Vilaça de Oliveira (SEAP/PR) – luizh@seap.gov.br
- Luz Weber Baladão (SEAP/PR) – luzweber@seap.gov.br
- Marcus Vinícius N. M. Barros (SEAP/PR) – marcusvinicius@seap.gov.br
- Roberto Alves Monteiro (SRHU/MMA) - roberto.monteiro@mma.gov.br

RELATORIA:

- Rachel Landgraf de Siqueira – SRHU/MMA – rachel.siqueira@mma.gov.br

53 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

54 Item 1 – Abertura: No dia 28 de fevereiro de 2008, às 9h30, a Câmara Técnica de Integração da
55 Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CTCOST) do
56 Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) iniciou a realização de sua 15ª reunião, em
57 Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência do Sr. Ademilson Zamboni
58 (SMCQ/MMA), tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA), da
59 Secretaria Executiva do CNRH. Após a apresentação dos novos membros da Câmara, Sra. Dora
60 Hees de Negreiros (ONGs), Sr. Kleber Nunes Pereira (ONGs) e Sr. Mauri Cesar Pereira
61 (CERH/PR), houve inversão na ordem da pauta, como é relatado a seguir. Item 4 –
62 Apresentação sobre “Gestão de bens imóveis de domínio da União na costa brasileira, no caso
63 as águas”, por representante da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do
64 Planejamento, Orçamento e Gestão: O Sr. **Luciano Ricardo Azevedo Roda**, diretor
65 responsável pelo Departamento de Destinação da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do
66 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), agradeceu o convite e iniciou a
67 apresentação com um histórico das mudanças ocorridas na SPU a partir de 2003: uma tendência
68 por alterações no sentido de se adequar a postura do patrimonialismo excessivo para uma
69 atuação que oferecesse o patrimônio à função social prevista na Constituição Federal de 1988.
70 Com isso, foi estabelecida uma nova missão para a SPU, que é garantir a função socioambiental
71 de cada bem imóvel da União. A definição da área de atuação da SPU está no Artigo 20 da
72 Constituição Federal. *São bens da União: I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe*
73 *vierem a ser atribuídos; II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das*
74 *fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação*
75 *ambiental, definidas em lei; III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de*
76 *seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se*
77 *estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as*
78 *praias fluviais; ... V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica*
79 *exclusiva; VI - o mar territorial ...*. Segundo o Sr. Luciano Roda, o antigo formato de ação da
80 SPU trouxe vários entraves nas relações da Secretaria com outros institutos e órgãos do próprio
81 governo, os quais tinham necessidade de utilização de áreas para desenvolver suas finalidades
82 precípuas. Esclareceu que a SPU trata de espaço físico e a regulamentação de sua atuação está
83 descrita também no Decreto-Lei nº 9.760/1946 e Lei nº 9.636/1998. A SPU apenas trata de
84 onde se dá a atividade, ou seja, autorização para o uso do espaço e não autorização da forma
85 dessa utilização. Como exemplo e para embasar o tema da apresentação, citou a Aqüicultura.
86 Em 2001, havia um Decreto que estabelecia o formato de exploração da aqüicultura em águas
87 públicas. Na prática, não se conseguia formalizar nenhuma cessão de água pública para que
88 houvesse a regularização desse tipo de atividade, pois, em alguns momentos, era identificada
89 sobreposição de atuação e o processo encontrava entraves. A autorização dada pela SPU é,
90 normalmente, condicionada às autorizações concedidas anteriormente por outros órgãos. No
91 caso específico da Aqüicultura, com o novo Decreto nº 4.895/2003, que dispõe sobre a
92 autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de
93 Aqüicultura, formulado com a criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
94 (SEAP/PR), ficaram claras as funções de todos os atores no processo: atribuições da SEAP,
95 definições de áreas e o que seriam parques aquícolas. Esse Decreto, somado à Instrução
96 Normativa Interministerial nº 6, de 31 de maio de 2004, que estabelece as normas
97 complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da
98 União para fins de aqüicultura, procurou estabelecer as formas de atuação de todos os órgãos
99 envolvidos, ou seja, foram citados IBAMA, ANA, SPU e SEAP. Anteriormente, a SEAP abria
100 o processo, identificava a área, discutia a atividade com o interessado, dava uma autorização
101 prévia, a partir das autorizações da ANA e IBAMA, e a finalização ocorria na SPU, onde era
102 providenciada a cessão da área. Destacou que, pelo formato da legislação patrimonial, a cessão
103 é feita pelo Presidente da República, delegada, hoje, ao ministro do Planejamento. Esse trâmite
104 implica em, além de passar por toda a estrutura da SPU, também passar pela estrutura do

105 gabinete do ministro do próprio Ministério do Planejamento. Ou seja, a análise acontecia por
106 duas assessorias jurídicas, uma da SEAP, da presidência, outra do Ministério do Planejamento,
107 e cada alteração proposta precisava retornar ao outro órgão para aceite. Isso tudo somado às
108 análises das estruturas dos outros órgãos. Com essa burocracia, era corrente o não cumprimento
109 de prazos. Havia o risco de chegar um novo interessado na área e iniciar a discussão do que
110 seria prioritário para o local. Com o entendimento de que programas desenvolvidos pela SEAP
111 tinham o potencial de reintegração de famílias, introdução de proteína barata (alimentação),
112 entre outros, foi entendido que esse processo precisaria ser mais ágil. Até que, em 2007, foi
113 identificada uma possibilidade, na legislação, de tratar “Aqüicultura” e SEAP da mesma forma
114 que são tratados órgãos da Administração Direta da Administração Pública Federal. A
115 legislação do patrimônio da União obriga a fazer a entrega de imóveis para os órgãos da
116 administração pública direta. Essa entrega, regulamentada pelo art. 79 da Lei nº 9.636/1998, só
117 é possível para que o imóvel seja utilizado na atividade precípua, a atividade própria da
118 entidade que está recebendo. Se fosse entregue para a SEAP, ela poderia utilizar para sua sede
119 ou para viabilizar sua atividade. Com essa interpretação e com base na legislação que diz que a
120 atividade de aqüicultura é a atividade mais importante da SEAP, foi criada uma regulamentação
121 específica, uma Portaria que sub-delega ao secretário de Aqüicultura e Pesca a possibilidade de,
122 nos imóveis entregues com essa cláusula específica, de emitir a posterior cessão da área
123 requerida (Portaria 327, de 28/09/2007). Diante disso, o processo de licitação e destinação das
124 áreas para esta atividade, hoje, passa inteiro para a SEAP, que é a secretaria que tem o
125 conhecimento dessa atividade, sabe como e onde realizá-la. O fluxo se inverteu: a SEAP
126 solicita, à SPU, que faça a entrega do espaço físico e, a partir dessa entrega, a SEAP realiza
127 todos os procedimentos de seleção dos futuros produtores para aquele espelho d'água. O
128 patrimônio da União não se descola do patrimônio da União em si, apenas foi alterada a unidade
129 gestora. É um formato que trouxe agilidade ao processo. A fiscalização passou a ser em
130 conjunto (SPU e SEAP) na verificação se as condições dessa entrega são mantidas durante o
131 período que a área estiver à disposição da SEAP. Bom, a partir dessa sub-delegação, a SEAP
132 pode fazer todos os procedimentos de licitação e cessão final ao interessado que implantará o
133 programa de Aqüicultura. Com esse exemplo, o Sr. Luciano Roda mostrou a primeira
134 modificação na estrutura da SPU. A segunda alteração foi para resolver outra questão: a SPU
135 era vista como um órgão que apenas entregava áreas, uma espécie de imobiliária. A proposta de
136 reestruturação da SPU implicou em uma especialização de setores da Secretaria para cada tipo
137 de atividade que o Patrimônio se propõe a fazer. Hoje, a utilização de patrimônio, dos bens de
138 uso comum pode ser explorada por particulares, mas continua sendo patrimônio da União, o
139 que ensejou recompensa por seu uso na exata importância que esse patrimônio tem para essa
140 atividade, principalmente quando isso se trata de exploração privada. Então, a visão de
141 imobiliária acabou e passou a existir a discussão de que tipo de negócio se pretende fazer. Hoje,
142 setores estão especializados com a reestruturação da SPU. A Secretaria está maior e com uma
143 estrutura mais adequada para atender o volume de patrimônio do País. Dessa forma, a
144 retribuição, o valor que a União recebe pela utilização da área acabou originando a Portaria nº
145 289, de 28/09/2007, que transferiu para a SEAP, por exemplo, a definição da forma de
146 retribuição pelo uso da área. Para fechar o sistema, existe a Instrução Normativa
147 Interministerial nº 1, de 10/10/2007, que estabelece os procedimentos dessa ação: formato de
148 processos e modelos de contratos. Outro órgão envolvido é o Ministério da Fazenda (pela
149 imagem de patrimônio e arrecadação – por meio de venda ou exploração). A representação nos
150 contratos ainda é feita pela Procuradoria da Fazenda. A finalização dos contratos da Secretaria
151 do Patrimônio da União sempre se dá, também, através do ato da assinatura do contrato pelo
152 procurador da Fazenda Nacional. Com isso, apesar de ter sido delegada à SEAP, a
153 representação final da União é feita pelo procurador da Fazenda. (apresentação anexa a esta
154 ata). Após a explanação, houve comentários e perguntas respondidas pelo Sr. Luciano Roda,
155 entre elas: *Considerando as relações setoriais, os interesses diversos pelos mesmos espaços e*
156 *as “prioridades nacionais”, haverá competição pelas áreas. Como negociar o espaço?*

157 Resposta: Está previsto, desde 1946, que para o uso desses espaços é necessária a consulta para
158 todos os intervenientes possíveis. Com isso, para definir os destinatários, a SPU realiza essas
159 consultas a partir da entrada do primeiro pedido. Esse procedimento gera constantes novas
160 reflexões e a SPU participa de distintos fóruns para entender demandas e justificativas. *Como*
161 *acontece em situações de obras de interesse público? O fluxo de procedimentos é o mesmo?*
162 Resposta: Para a autorização de obras é outro procedimento. Para qualquer intervenção para
163 instalação de equipamentos é exigida a “Autorização de Obra”, ou seja, a autorização para a
164 instalação dos equipamentos em espelhos d’água ou terrenos de marinha, que apenas permite a
165 instalação e não cria vínculo com a área. A Autorização de Obra é necessária sempre que
166 houver obra em área da União. Nos casos em que já há um processo de Cessão da Área em
167 trâmite é comum que a Autorização da Obra siga em conjunto com a Portaria que autoriza a
168 Cessão. Esse instrumento se difere de “Cessão de Área”, que obriga a elaboração de contrato
169 entre a União e o cessionário, estabelecendo prazos e formas de retribuição pelo uso, o que
170 estabelece vínculo. Isso já causou dificuldades porque poucas vezes esse instrumento é
171 requerido na época correta. Acaba sendo a última coisa lembrada na etapa de licenciamento e a
172 SPU é levada a dar prioridade. Contudo, a autorização para esse uso é menos burocrática. *Essa*
173 *Autorização de Obra também vale para rios de domínio da União? A Agência Nacional de*
174 *Águas, por exemplo, já recebeu pedidos de outorga para piscicultura em tanque rede.*
175 Resposta: Sim, para qualquer instalação de equipamentos, mesmo que sejam fios de pesca e
176 fixação de restaurante, por exemplo. Ao fim da discussão deste item, os representantes da
177 CTCOST agradeceram a presença do Sr. Luciano Roda, que se colocou à disposição para
178 futuros esclarecimentos. Item 2 – Eleição para a presidência do 2º mandato da Câmara: Foi
179 consenso entre todos os presentes a continuidade do Sr. Ademilson Zamboni na presidência.
180 Segundo as manifestações, a atuação do Sr. Zamboni, a qual fortaleceu o trabalho iniciado por
181 Rosa Mancini, trouxe a visão mais ampla da área de Meio Ambiente para a de Recursos
182 Hídricos, o que inovou a atuação do CNRH, por encorajar gestores a ampliar pensamentos
183 quase sempre segmentados. Meio Ambiente é único e a integração é urgente. A destacada
184 qualidade das atividades da CTCOST é reconhecida não apenas dentro deste Colegiado, mas
185 em outras organizações. O Sr. **Ademilson Zamboni (SMCQ/MMA)** agradeceu a confiança,
186 mas explicou que sua agenda para 2008 está robusta. Pelos acordos de trabalho assumidos,
187 entre eles coordenação de gerências e de um fórum específico, não poderia dar a atenção
188 necessária à CTCOST. Diante das manifestações, concordou permanecer na presidência até
189 27/03/2008, quando a proposta de Resolução sobre planos seria apresentada ao plenário do
190 CNRH. Ficou acordado que, apesar da SEMUC manter sua representação na CTCOST, a
191 Câmara deveria realizar nova eleição para a presidência na próxima reunião. Item 3 – Relato da
192 análise, feita pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, da proposta de
193 Resolução que “estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos
194 hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira”: O Sr. **Ademilson Zamboni**
195 **(SMCQ/MMA)** relatou que participou da 99ª Reunião da CTIL, juntamente com os Srs. João
196 Nicolodi (SMCQ/MMA) e Rachel Landgraf (SRHU/MMA), e que, antes que a Câmara
197 analisasse a proposta, fez uma apresentação que abordou: o encaminhamento da Nota Técnica
198 nº 01/2007/CTCOST/CNRH/MMA, que contém os princípios que nortearam a proposta de
199 Resolução, assim como o seu histórico de elaboração; a preocupação mundial com a integração
200 das gestões costeira e de recursos hídricos; criação da CTCOST - dispositivos legais
201 pertinentes; e histórico do processo de elaboração da proposta de Resolução, seus artigos e
202 anexo. Durante os debates na CTIL, os representantes do Ministério de Minas e Energia
203 mostraram preocupação com a abrangência das áreas delimitadas no anexo da proposta,
204 especialmente com as zonas dinâmica e de influência. Entendem que nestas áreas não há
205 previsão legal de atuação dos órgãos gestores de recursos hídricos, cuja atribuição restringe-se,
206 pela Lei nº 9.433/97, aos limites das bacias hidrográficas. Além disto, pela redação do art. 4º da
207 proposta, poderiam haver interpretações de que as zonas dinâmica e de influência trariam
208 restrição de uso e exigência de outorga no mar territorial. Assim, sugeriram a supressão desse

209 artigo. Em resposta, o Sr. **Ademilson Zamboni (SMCQ/MMA)** apontou a necessidade de
210 integração da gestão dos recursos hídricos com os sistemas estuarinos e zonas costeiras,
211 conforme inc. VI do art. 3º da Lei nº 9.433/97, e que, para efeitos de planejamento, não faria
212 sentido segmentar cada uma destas áreas. Informou que esta integração se dará na zona crítica e
213 que as zonas dinâmica e de influência seriam cenários de estudos. Além disto, acrescentou que,
214 na proposta, não existia a indicação de que órgãos gestores de recursos hídricos atuariam em
215 áreas que não fossem de suas competências, mas apenas a indicação de temas complementares
216 aos estudos para um plano de recursos hídricos. Estava ocorrendo uma leitura equivocada do
217 documento - a nova gestão de políticas públicas defendida pelo Brasil rompe com as visões
218 segmentadas e setoriais, e avança no processo de integração. *Algumas manifestações ocorridas*
219 *na CTIL, conforme ata aprovada da 99ª Reunião:* Luís Vinícius Costa (CERH-BA/CE) -
220 opinou que integração não significaria usurpação de competência e também que não seria essa
221 proposta de Resolução que traria ao mundo jurídico a outorga e a cobrança pelo uso das águas
222 marinhas, e que, assim, para efeitos de planejamento, seriam perfeitamente admissíveis as
223 zonas dinâmica e de influência descritas na proposta; Christian Govastki (MME) - caso os
224 órgãos responsáveis pela gestão costeira e pela gestão de recursos hídricos não se entendessem,
225 as atividades econômicas nestas áreas sofreriam atrasos; Antônio Edson Farias (MME) - disse
226 entender que haveria diferenças entre as zonas dinâmica e de influência continentais e as
227 marinhas, e que, a cada uma, se aplicaria uma legislação específica. Assim, sugeriu que no art.
228 4º se fizesse referência à área continental. Após as exposições destas diferentes visões, foi
229 consenso, entre os representantes da CTIL, manter o art. 4º, mas alterar sua redação para: “as
230 especificidades das Zonas Crítica, Dinâmica e de Influência deverão ser consideradas na
231 formulação das diretrizes para o enquadramento dos corpos d’água, a outorga e a cobrança pelo
232 uso dos recursos hídricos, observada a legislação correspondente a cada um desses
233 instrumentos”. Maurício Vasconcellos (ANA) - sugeriu cautela no encaminhamento da matéria.
234 Na sua opinião, em função do Plano Nacional de Recursos Hídricos possuir o “Programa IX -
235 Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro”, a matéria deveria ser
236 objeto de apreciação na Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH,
237 para avaliação dos seus aspectos políticos, institucionais, técnicos e econômicos (custo e
238 disponibilidade de recursos para atendimento de todo o conteúdo exigido pela proposta de
239 resolução), assim como manifestação se ela encontra-se em consonância com o Plano Nacional
240 de Recursos Hídricos. Essa sugestão do Sr. Maurício obteve apoio do Sr. Márley Caetano de
241 Mendonça (SRHU/MMA) e da Sra. Elisa Romano (Indústria). A Sra. Ninon Machado (ONG), a
242 Sra. Neuza Maria de Assis (CERH-RJ/SP), o Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e
243 Usuários de Água p/ Lazer e Turismo), o Sr. Carlos Hugo Suarez (MJustiça) manifestaram
244 entendimento contrário, dizendo que a Resolução do CNRH é que daria as diretrizes de
245 elaboração dos planos de recursos hídricos, inclusive ao PNRH. Ademais, a proposta iria em
246 direção da necessária articulação das políticas públicas. Quanto à preocupação com custos, o
247 **Sr. Ademilson Zamboni (SMCQ/MMA)** destacou que apontou que os dados primários já
248 estão produzidos e disponibilizados ao público interessado. Não havendo entendimento, o
249 encaminhamento da matéria à CTPNRH foi colocado em votação. Foram favoráveis: ANA,
250 SRHU/MMA, Indústria, OTEP e MME (cinco votos). Foram contrários: MJustiça, CERH-
251 RJ/SP, Comitês, CERH-SE/PI, Irrigantes, Concessionárias, ONGs, CERH-BA/CE, e
252 Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo (nove votos). Desta forma, após
253 modificações pertinentes à CTIL, assim como a inclusão do seguinte item no inc. V do art. 3º:
254 “avaliação das influências das correntes marinhas na distribuição dos sedimentos, na alteração
255 do regime hídrico e seus impactos sobre a zona costeira”, e o deslocamento do parágrafo único
256 do art. 3º para o art. 1º, a CTIL emitiu seu parecer favorável e solicitou o encaminhamento da
257 matéria para deliberação superior do Plenário do CNRH. Item 5 – Aprovação da ata da 14ª
258 reunião: Aprovada. Item 6 – Plano de Trabalho da CTCOST para 2008: 1 – Sobre Outorga -
259 ativar o GT já criado; lembrar da aproximação com a Câmara de Qualidade Ambiental do
260 CONAMA; levantar situação nos estados; preparar documento-base para orientar os trabalhos;

261 e solicitar indicação de representantes para o GT. 2 – Sobre Sistema de Informação - aguardar
262 apresentação dos Sistemas de Informação (ANA e MMA – SIGERCOM) para definição das
263 ações. 3 – Enquadramento – apenas acompanhar os avanços do GT relativo à Resolução CNRH
264 nº 12. 4 – PNRH - consulta à CT do Plano Nacional sobre o Programa 9 - leitura e análise
265 crítica. 5 - Aproximação com os estados - agenda de eventos (FNCBHs, JICA); projetos
266 estratégicos na faixa costeira (de escala nacional / regional / local). 6 - Aproximação com as
267 Câmaras Técnicas do CNRH. Item 7 – Informes gerais: Ademilson Zamboni (SMCQ/MMA) –
268 participaria da 4ª Conferência Global dos Oceanos, Costas e Ilhas, na qual o Brasil foi
269 convidado para compor dois grupos e trabalho: 1) estratégias para *capacity building* (derivado
270 da Estratégia de Mauríus) e 2) integração entre bacias hidrográficas e zonas costeiras. Onde e
271 quando: Vietnam, 7 a 11/04/2008. Lina Aché (CERH/SP) - informou sobre a existência de
272 projetos prioritários na Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, dentre os quais
273 salientou um, em especial, que tratava da região do litoral, intitulado “Praia Verde”, cujo objeto
274 principal estava voltado à melhoria da balneabilidade das praias paulistas. Este projeto estava
275 em fase de organização e as informações poderiam ser acessadas no *site*:
276 www.ambiente.sp.gov.br. Rosa Mancini (Comitês): a CTCOST foi convidada a participar do
277 44º Congresso Brasileiro de Geologia, em Curitiba, Paraná, em outubro de 2008. O Objetivo
278 era apresentar a metodologia de trabalho da Câmara. Deveria ser programado o formato da
279 participação. Após a “Década Internacional de Desastres Geológicos” (1992-2002) e o “Ano
280 Internacional da Água” (2003), foi aprovado pela Convenção da União Internacional de
281 Sociedades Geológicas e pela ONU o “Ano Internacional do Planeta Terra (AIPT)”, com os
282 subtítulos “O Planeta Terra em Nossas Mãos” e “Ciências da Terra para a Sociedade” a serem
283 comemorados no ano de 2008. A comunidade geológica do Paraná, representada pela SBGeo-
284 Núcleo Paraná, acolheu o primeiro subtítulo do AIPT para o 44º CBG. O objetivo era a busca
285 de sinergia entre as investigações dos sistemas no Planeta e a aproximação do pensamento e
286 visão de pesquisadores e leigos em suas responsabilidades com a riqueza, a vulnerabilidade, a
287 qualidade e a sustentabilidade. Mauri Pereira (CERH/PR) – aguardava um posicionamento do
288 secretário de Recursos Hídricos do Paraná sobre a sugestão de inclusão do estudo de caso
289 “Construção do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea no Paraná” no Plano de Trabalho da
290 CTCOST. Item 8 – Encerramento: Nesse momento, às 13h05, não havendo outros assuntos a
291 tratar, o Sr. **Ademilson Zamboni (SMCQ/MMA)** agradeceu a presença de todos e encerrou os
292 trabalhos desta 15ª reunião da CTCOST.

293

294 **Resumo das deliberações:**

295 1- **Nova presidência:** O Sr. Ademilson Zamboni (SEMUC/MMA) continuará na presidência até
296 27/03/2008, quando a proposta de Resolução sobre planos será apresentada na 19ª Reunião
297 Ordinária do CNRH. Após essa data a CTCOST deverá escolher nova presidência;

298 2- **Agenda de Trabalho para 2008 definida;**

299 3- Por sugestão do Sr. Joaquim Gondim (ANA), **convidar a Agência Nacional de Águas para**
300 **apresentar, na próxima reunião da CTCOST, o Sistema Nacional de Informações sobre**
301 **Recursos Hídricos – SNIRH;**

302 4- **Próximas reuniões (datas prováveis):** GT Outorga em 26 ou 28/03/2008 e CTCOST em
303 17/04/2008.

304

305 Ata aprovada na 16ª reunião da CTCOST, em 5 de agosto de 2008.

306

307

308

309 **Ademilson Zamboni**
310 Presidente da CTCOST

Rachel Landgraf de Siqueira
Relatora da CTCOST